

A IDENTIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE TEÓRICA

Tayana Dias de Menezes
UFPE/ PGLETRAS
Tayana_dias@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo, A identidade social: uma análise teórica, tem como objetivo discutir os conceitos que compõe a teoria da identidade, a saber: subjetividade; sujeito; identidade e diferença. Para isto, usa-se como base teórica, especialmente, Hall (2006); Woodward (2009); Moita Lopes (2003). Essa discussão é relevante já que o tema da identidade é central para compreender a modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: identidade; subjetividade; sujeito; diferença.

ABSTRACT: This article, A identidade social: uma análise teórica, have as objective to discuss about the theoreticales conceptions that compse the identity theory: subjective; subject; identity end difference. For that, I use as theoretical base, principally, Hall (2006); Hall, Silva, Woodward (2009); Moita Lopes (2003). This debate is indispensable because the idea about social identity is central to comprise the modernity.

KEYWORDS: identity; subjective; subject; difference.

INTRODUÇÃO

Neste artigo pretendo discutir o que é identidade e, também, os conceitos teóricos que circunscrevem o tema. O foco de interesse diz respeito à identidade social, ou seja, características morais e essencialistas são secundárias.

Algumas teorias usam o termo subjetividade como sinônimo para identidade, outras tratam os dois termos de forma distinta. Portanto, iniciarei o artigo discutindo os conceitos: identidade e subjetividade.

2. Subjetividade

O conceito 'Identidade Social' era moldado em termos essencialistas, em consequência, o indivíduo – constituído de forma única – era central para essa teoria. No entanto, a ideia de uma identidade homogênea que definiria o sujeito de forma acabada vem sendo criticada e discutida na teoria social, segundo Hall (2006), pelo simples motivo de que esta não leva em conta a multiplicidade que nos constitui.

Seria conveniente dissociar radicalmente os conceitos de indivíduo e de subjetividade. Para mim, os indivíduos são o resultado de uma produção de massa (...) Freud foi o primeiro a mostrar até que ponto é precária essa noção

de totalidade de um ego. A subjetividade não é passível de totalização ou centralização no indivíduo. Uma coisa é a individualização do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social (GUATTARI, 2000, p. 31).

A introdução e a citação acima nos ajudarão a situar teoricamente a diferença entre identidade e subjetividade adotada neste artigo. Note que acima há uma abordagem psicanalítica, pois ao tratar subjetividade, Guattari fala sobre a compreensão do ego. Esse conceito envolve os pensamentos e as emoções tanto do consciente como do inconsciente, trata, em outras palavras, quem somos como pessoas individuais. Mas, vale ressaltar que a subjetividade é “fabricada e modelada no registro social”, isto é, atua em um contexto social no qual a linguagem e a cultura atribuem significados a nossas experiências individuais.

Segundo Woodward (2009), existe uma sobreposição entre os termos, ao abordar a identidade individual, neste caso, estaríamos falando de subjetividade, que diz respeito a um perfil individual ou um modo de ser, aos sentimentos e emoções de um indivíduo e seus traços característicos e morais, sem esquecer que não existe subjetividade sem um mapa cultural que lhe seja útil como guia. Isso significa que esta é formada por dois elementos centrais: o sujeito (ou indivíduo) e o social (as estruturas sociais e a cultura).

“A subjetividade inclui as dimensões inconscientes do eu” (WOODWARD, 2009, p. 55). O conceito permite averiguar os sentimentos envolvidos no processo de produção da identidade e explicar as razões pelas quais nos apegamos a identidades específicas.

Não são todos os teóricos que concordam com essa posição. Como já mencionado, alguns empregam os termos como intercambiáveis. Outros, como Benveniste (1978), define a subjetividade como a capacidade do locutor de se posicionar como sujeito e isso acontece na linguagem.

Exposto o conceito adotado a respeito da subjetividade – perfil do indivíduo que inclui dimensões conscientes e inconscientes, e é moldada socialmente – tratemos agora dois elementos que podem causar alguma confusão: indivíduo e sujeito.

1 - INDIVÍDUO E SUJEITO

Existe na linguística mais de um tipo de sujeito. São eles, segundo o dicionário de análise do discurso: o *sujeito falante*: o termo designa todo ser humano dotado da capacidade da linguagem, ou seja, possui competência linguística para reconhecer formas (morfologia), para construir enunciados em harmonia como as regras de combinação (sintaxe) levando em

conta o sentido das palavras (semântica); o *sujeito enunciante (ou enunciador)*: refere-se ao ser de fala. Significa isto dizer que este é o ser presente na cena da enunciação, e que é ele o responsável nesse espaço (na cena) pelo dizer; o *sujeito comunicante*: refere-se à pessoa que emite uma mensagem endereçada a um receptor. O termo é herança de uma concepção de comunicação onde se deve codificar e decodificar uma mensagem e os responsáveis pela atividade são, respectivamente, o emissor e o receptor (ou *sujeito destinatário*); o *sujeito do discurso*: elemento importante para situar a relação entre o sujeito e os dados da situação de comunicação¹. Além dos sujeitos da linguística, há ainda outros três que merecem consideração, são eles:

- Sujeito do Iluminismo;
- Sujeito sociológico e
- Sujeito pós- moderno.

O primeiro centra-se na pessoa humana, ou seja, na pessoa como indivíduo unificado, dotado da habilidade da razão, de consciência e de ação. A essência desse sujeito era o seu interior, isto significa que o núcleo do ‘eu’ era a identidade de uma pessoa. Consequentemente, “essa era uma concepção muito ‘individualista’ do sujeito e de sua identidade” (HALL, 2006, p.11).

O segundo foi o resultado da crescente complexidade do mundo moderno e da concepção de que o ‘eu’ interior do sujeito não é uma entidade autônoma, nem auto-suficiente, mas é influenciado pelas relações que mantém com outras pessoas, pela cultura, pelos valores e símbolos sociais. Ou seja, “a identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade” (HALL, 2006, p. 11). O núcleo do sujeito permanece intacto, no entanto, este é perpassado pela sociedade e pelos valores que o cercam. Nessa concepção há um diálogo constante entre o “interior” e o “exterior”.

O sujeito pós- moderno é resultado da internalização de significados e valores sociais e culturais, e o alinhamento dos nossos sentimentos internos à realidade objetiva. O sujeito não é mais caracterizado pela estabilidade e unicidade, ao contrário, é instável e múltiplo. Este é um ser histórico e não biológico, segundo Hall (2006).

Mais adiante retomarei essas três concepções de sujeito de Hall (2006) e a sua importância para o desenvolvimento teórico sobre a identidade. Analisarei, agora, com mais detalhes e mais cuidado, o sujeito social. Mas, antes disso, para diferenciar teoricamente o

¹ Para mais detalhe consultar: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008 p. 456- 462.

que é sujeito e o que é indivíduo, farei uma comparação entre a sociolinguística (que centra o sujeito nos seus estudos) e Saussure.

Para Saussure (2004), o estudo da fala era intangível por causa de sua concepção teórica sobre o que é (ou quem é) o sujeito; sua perspectiva estava centrada no ser individual. Para o teórico, os indivíduos, seres únicos e distintos entre si, usam a língua de forma imprevisível, de acordo com seus desejos e intenções pessoais. Isso torna a fala assistemática e impossível para ser analisada. A partir dessa concepção, conclui-se que indivíduo diz respeito às pessoas individuais.

Já a sociolinguística defende que o uso da linguagem pode ser objeto de análise científica, isso ocorre porque sua noção de linguagem e de sujeito (não indivíduo) é distinta da de Saussure. Para os sociolinguistas, o uso da linguagem é moldado socialmente e não individualmente. A variação é sistemática e está em harmonia com as variações sociais: a natureza das relações entre os participantes de uma interação; o tipo do evento social; o propósito dos participantes e etc. Há uma mudança na concepção teórica – de indivíduo para sujeito social. O uso da linguagem ou de discursos passa de uma atividade puramente individual para uma forma de prática social exercida por sujeitos mergulhados em ideologias, na cultura e em estruturas sociais: ‘o sujeito social’.

Adotaremos o conceito de Fairclough (2001): o sujeito social possui capacidade de agir sobre outros, já que está imerso em relações sociais, e agir sobre o mundo (e, também, é influenciado pelo mundo: instituições, cultura e ideologia). Ele é perpassado e constituído pelos muitos discursos que circulam na sociedade, que são moldados e restringidos socialmente.

Os conceitos teóricos de Fairclough são influenciados pelas concepções de Foucault (2009). Para este, o discurso constitui ativamente os objetos de conhecimento, os sujeitos e as formas sociais do ‘eu’, as relações sociais e as estruturas conceituais, ou seja, os sujeitos sociais são constituídos por discursos específicos. Os objetos do discurso (nisto incluem-se os sujeitos sociais) são constituídos e transformados em discursos de acordo com regras e não existem independentemente de discursos específicos.

Foucault (2009) defende que o sujeito social é uma entidade que não pode existir fora ou independentemente do discurso, mas, antes é uma função do próprio enunciado. Em outras palavras, os enunciados posicionam os sujeitos – tanto seu autor/ autora quanto aquele para quem é dirigido.

O sujeito, para o teórico francês, é um efeito das formações discursivas, mas não leva em conta a agência social – esta questão está apenas presente na teoria de Fairclough (2001).

Este afirma que o sujeito é constituído por práticas discursivas, mas é, também, capaz de reestruturar essas práticas. Os sujeitos são perpassados pela ideologia, que tem existência material nas práticas das instituições sociais. Esse dado “conduz à concepção de que um dos mais significativos ‘efeitos ideológicos’ que os linguistas ignoram no discurso, é a constituição dos sujeitos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 116). A maioria das pessoas, no entanto, não tem consciência da ideologia enraizada em suas práticas diárias, que são tidas, desta forma, como naturalizadas ou automatizadas. Isso não significa dizer que os sujeitos são incapazes de agirem individualmente ou coletivamente.

Os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas são também capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras. O equilíbrio entre sujeito ‘efeito’ ideológico e o sujeito agente é uma variável que depende das condições sociais (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121).

Em resumo, sujeito não é o mesmo que pessoa humana, mas uma categoria simbolicamente construída, segundo Fairclough (2001). A ideologia, portanto, transforma os indivíduos em sujeitos e determina as relações sociais. Estes são recrutados a assumir determinadas posições através de práticas e processos simbólicos. Neste artigo, considero sujeito como elemento social perpassado pela ideologia, constituído por meio dos sistemas simbólicos, construídos em culturas específicas.

2 - IDENTIDADE

Identidade é vista como produto social resultante da interação entre o indivíduo com o mundo social, inclui dimensões como papéis sociais (ex. professor, médico, etc.), relações sociais (ex. parentesco, amizade, etc.), identidade grupal (ex. classe, geração, e etc.) e rank (ex. pessoas com ou sem título e etc.). Ela é, portanto, composta por elementos diversos ou atributos emergentes da interação social, não é um conceito fixo, ao contrário, é passível de mutações, dependendo da situação em que o interlocutor se encontra e com quem o falante/escritor está negociando sua identidade.

O conceito que pretendo discutir não diz respeito à identidade individual, ou seja, não iniciarei, aqui, nenhum debate metafísico sobre o eu individual – “quem sou?”, em nível pessoal, não será uma pergunta relevante no momento. Minha preocupação é com a identidade social, isto é, enquanto grupo social, “as identidades não estão nos indivíduos, mas

emergem na interação entre os indivíduos agindo em práticas discursivas particulares nas quais estão posicionados” (MOITA LOPES, 1998, p. 8).

O tema é pertinente para o debate hoje, visto que o mundo está passando por mudanças culturais, econômicas, sociais, políticas e tecnológicas. Estas, em parte, são resultado do processo de globalização, ou como o sociólogo Bauman (2005) a chama: “modernidade-líquida”. A globalização e, conseqüentemente, os seus resultados radicais e irreversíveis modificaram as estruturas estatais, as condições de trabalho, as identidades sociais, o indivíduo (incluindo os seus costumes, crenças e estilos de vida), e as relações entre o eu e o outro. Valores que antes eram encarados como verdades naturalizadas estão sendo questionados. As mudanças trazidas pela modernidade modificaram a realidade e fomentaram o surgimento de novos estilos e hábitos de vida e de organização social.

Tratando ainda sobre a pertinência da discussão, Hall (2006) comenta que a identidade está sendo extensamente discutida na teoria social, especialmente, porque as velhas identidades, que por tanto tempo equilibraram o mundo social, estão em declínio, conseqüentemente, novas surgem e fragmentam o indivíduo moderno, até então visto como um sujeito uno. A crise de identidade “é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2006, p.7).

É indiscutível que o processo de mudanças históricas causou constantes mudanças na conjuntura social, cultural e, em consequência, na identidade social. Estas mudanças concorreram para que se agregassem à identidade dos sujeitos novos papéis sociais, novos valores. Resumindo: o sujeito, para se adequar às mudanças, assumiu um comportamento diferente, ou seja, diferentes papéis, e nesse sentido possui um identidade fragmentada. Vale ressaltar que o conceito teórico não é o resultado da soma de pequenas partes.

Benedetto Vecchi ao entrevistar Bauman compara a identidade a um quebra-cabeça (um todo formado pela soma de pequenas partes). A comparação é “parcialmente esclarecedora” segundo a opinião pessoal de Bauman (2005), pelos seguintes motivos: sempre faltarão peças em um quebra-cabeça que tenha a identidade como um fim, assim é sempre um jogo incompleto (sem nenhuma noção de quantas peças faltam ao jogo), enquanto que aquele comprado em uma loja geralmente vem completo e possui na caixa (ou em outro local) a imagem impressa – o objetivo a ser alcançado. Quando alguns desses requisitos não são cumpridos, o dinheiro do consumidor pode ser devolvido. A imagem impressa auxilia o jogador em relação aos caminhos tomados, se suas escolhas no fim formarão a imagem

pretendida ou poderá, também, apontar algum erro, e a possibilidade de conserto. Não há auxílio nos caminhos tomados para a construção da identidade. Têm-se peças, mas não existe uma imagem preestabelecida para ser alcançada no jogo da formação identitária, de modo que não se pode ter certeza de quais peças serão necessárias, ou se uma encaixa-se com outra.

Resolver um quebra-cabeça é uma tarefa com um objetivo específico: montar uma imagem conhecida de antemão com peças que se encaixam. A identidade, por sua vez, não tem uma imagem dada com antecedência, ela tem início com uma série de peças que parecem ser interessantes, mas não existe a promessa de se encaixarem, podem-se permutar as peças até achar alguma imagem agradável – e a permutação, assim como a aquisição de novas peças, é sempre possível. “A tarefa de um construtor de identidade é, como diria Lévi-Strauss, a de um *bricoleur*, que constrói todo tipo de coisas com o material que tem à mão...” (BAUMAN, 2005, p. 55).

É importante mencionar outro sentido atribuído à “identidade *fragmentada* do sujeito pós-moderno”. O uso do termo “fragmentada” pode referir-se às mudanças teóricas a respeito do sujeito e da identidade. Farei um breve resumo e retomarei os conceitos de Hall (2006) sobre sujeitos.

Durante o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII, René Descartes (1596- 1650) postulou duas entidades distintas, a matéria e a mente. O sujeito individual estava no centro da mente por causa de sua capacidade de pensar e raciocinar, “*Cogito, ergo sum*”. Esse ficou conhecido como o “sujeito cartesiano”. Esta era uma concepção individualista do sujeito e da identidade. Esta teoria significou uma ruptura com a Idade Média: no lugar de Deus como centro do universo, estava o homem dotado de raciocínio – uma entidade unificada, indivisível e consciente.

No entanto, à medida que as sociedades se tornavam mais complexas, elas adquiriam uma forma mais coletiva, conseqüentemente, o conceito sobre o sujeito se tornou mais social:

O indivíduo passou a ser visto como mais localizado e “definido” no interior dessas grandes estruturas e formações sustentadoras da sociedade moderna. Dois importantes eventos contribuíram para articular um conjunto mais amplo de fundamentos conceptuais para o sujeito moderno. O primeiro foi a biologia darwiniana, [...] o segundo evento foi o surgimento das novas ciências sociais”(HALL, 2006, p. 30).

Entre as novas ciências sociais o autor destaca a psicologia (freudiana, principalmente) e a sociologia. Essas foram responsáveis pela desagregação e pelo deslocamento do sujeito moderno.

Para a psicologia freudiana, segundo Hall (2006), a identidade, assim como a sexualidade e os desejos dos indivíduos, é formada por processos psíquicos e simbólicos do inconsciente. Refuta, desta forma, um ser centrado no consciente e propõe um sujeito dividido entre a tensão consciente *versus* inconsciente. Hall (2006) também faz referência às contribuições de Lacan. Este localizou a participação do outro na constituição do inconsciente. Para Lacan, a criança, que ainda não possui nenhuma imagem de si, vê-se num determinado momento refletida num espelho. Desta forma, inicia-se a incorporação dos sistemas simbólicos: a língua, a cultura e a diferença sexual. Esse processo forma um sujeito dividido, no entanto, o sujeito vivencia uma identidade unificada – resultado de uma fantasia formada na fase do espelho. Encontra-se nesse momento a origem contraditória da identidade. Apesar da utopia do sujeito em relação à unicidade de sua identidade, esta sempre permanece incompleta.

Para a sociologia, a identidade era formada na interação entre o eu e a sociedade. As mudanças políticas, culturais e sociais têm moldado o sujeito pós-moderno, sua identidade não é fixa, essencial ou permanente. “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente” (HALL, 2006, p. 13). Portanto, as três principais concepções do sujeito: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno, deslocaram a concepção teórica de uma identidade fixa, homogênea e acabada para descentrada, heterogênea, contraditória, inacabada e fragmentada.

É importante lembrar que a identidade é uma convenção social necessária. A identidade é ambivalente: ao mesmo tempo em que liberta, oprime; ao mesmo tempo em que alimenta a ilusão de pertencimento, aponta a frustração do ser excluído, procura alcançar o impossível: “diferentes, mas os mesmos; separados, mas inseparáveis; independentes, mas unidos” (BAUMAN, 2005, p. 16).

3 - IDENTIDADE E DIFERENÇA

Uma característica teórica importante da identidade é que esta é marcada pela diferença, ou seja, para os contornos de uma identidade X estarem bem delineados e bem definidos, deve existir uma Y bem delineada e bem definida. As identidades são definidas através de oposições binárias: ser X significa não ser Y e vice e versa. A afirmação sou X, inclui uma extensa cadeia de negações: não sou Y, nem R, nem B e etc. Assim, a identidade está relacionada com a diferença (são inseparáveis). Aquela contém, mesmo que nas entre

linhas, esta. Isso significa dizer que tomar consciência de si é tomar consciência do outro, isso acontece nas relações entre os sujeitos sociais.

A definição da identidade está relacionada com a definição e reconhecimento da diferença, ou seja, “é na relação com o outro que me identifico como o não-outro” (OLIVEIRA, 2006, p. 27).

Dentro das diferentes sociedades, mesmo que haja respeito em relação à diferença, não se pode negar o fato de sua existência: há diferenças, e estas são atravessadas, ou mesmo criadas, por valores culturais.

A construção da identidade é um processo que está inserido no plano das relações sociais. Identidade e diferença são o resultado de atos de criação linguística e atos simbólicos – é marcada através de símbolos (marcas de produtos consumidos, isso inclui: viagens, lugares que são frequentados, distinguem as muitas identidades) que circulam, têm efeitos na esfera social e nas relações sociais. “Existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que ela usa” (WOODWARD, 2009, p. 10).

As identidades só podem ser compreendidas dentro dos sistemas de significação. Não são elementos da natureza, mas sim, da cultura – são os sistemas simbólicos que as compõem. Vale dizer que elas não são determinadas por tempos indefinidos; são passíveis de mudanças, isto é, o conceito não é fixo, a performatividade desloca esses conceitos como elementos descritivos para uma entidade em movimentação e transformação. A descrição da identidade de um grupo social, não é um ato meramente descritivo, é, na verdade, um reforço para a definição do grupo no contexto social no que diz respeito à identidade.

Como já dito, a identidade e a diferença não são elementos da natureza, antes, permeiam o social. Não são elementos do mundo natural, são fabricados nas relações sociais e culturais.

A identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder (SILVA, 2009, p. 97).

Já que tanto a identidade como a diferença são criações do meio social, é possível pensar que nelas também operam relações de poder. Estabelecer uma identidade e, conseqüentemente, a diferença, traduz o desejo de diferentes grupos sociais alcançarem e

garantirem o acesso privilegiado aos bens sociais. Ou seja, a identidade e a diferença têm laços estreitos com o poder, “o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder” (SILVA, 2009, p. 81). A identidade e a diferença nunca são inocentes.

Em uma oposição binária sempre haverá uma desigualdade de poder, um dos termos sempre é mais valorizado do que outro: um é a norma, o outro é a fuga ou desvio da norma, sempre encarado como o “outro”. Assim a diferença pode ser construída negativamente – o outro pode estar à margem da sociedade e ser representado dessa forma. Como também pode ser ela a fonte da diversidade (conceito bem aceito hoje).

A diferenciação é um dos processos fundamentais para a determinação da identidade e da diferença. As marcas do poder da identidade e da diferença: incluir/ excluir (estes pertencem ao grupo X, aqueles não) demarcar fronteiras (Nós e Eles), classificar (Bons e Maus, Fortes e Fracos), normalizar (o X é a regra, todo o resto é um desvio da regra). Essas fronteiras não são simples demarcações, antes são fortes traços de demarcação de poder e indicadores das posições-de-sujeito.

Normalizar, segundo Silva (2009), significa determinar uma identidade como parâmetro para as demais. A eleita detém as cargas positivas e é considerada normal e natural, enquanto que as outras são vistas como anormais, e geralmente, são mal vistas socialmente. No entanto, através de movimentos ou ações sociais, essas identidades, fixadas como naturais, podem ser subvertidas, pois as identidades são instáveis e estão à mercê dos movimentos entre as fronteiras sociais: “se o movimento entre fronteiras coloca em evidência a instabilidade da identidade, é nas próprias linhas de fronteiras, nos limiares, nos interstícios que sua precariedade se torna mais visível” (SILVA, 2009, p. 89).

CONCLUSÃO

Fizemos, nesse artigo, uma explanação teórica sobre os temas que estão sendo amplamente discutidos na teoria social, na linguística e em outras ciências: subjetividade (ou identidade individual, refere-se ao modo de ser, aos sentimentos e as emoções do indivíduo, vale salientar que alguns teóricos tratam os conceitos – identidade e subjetividade – como sinônimos); indivíduo e sujeito (o primeiro refere-se à pessoa humana, o segundo diz respeito a um elemento constituído por ideologia e construído socialmente); e diferença (característica fundamental para delinear e definir a identidade). A reflexão sobre esses assuntos auxilia a compreensão sobre o tema central – a ‘Identidade Social’.

Essa discussão nos dá subsídios para compreender melhor a modernidade, ou a modernidade “líquida-moderna” – termo cunhado por Bauman (2005) que designa uma sociedade fluida e perpassada por constantes mudanças – e entender os atuais papéis fragmentados assumidos pelos sujeitos sociais.

REFERÊNCIAS:

BAUMAN, Zygmunt; *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BENVENISTE, Émile. *O Homem na Linguagem: Ensaio sobre a Instituição do Sujeito através da Fala e da Escrita*. 2.ed. Lisboa: Arcádia, 1978.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008 p. 456- 462.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília, ed.UnB, 2001

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do Saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009

GONDAR, Jô. Linguagem e Construções da identidades – um debate. In: FERREIRA, Lucia M. A.; ORRINCO, Evelyn G. D.(orgs). *Linguagem, Identidade e Memória Social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002 p. 107-115.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Read, read, read oitava série*. São Paulo: Ática, 1998.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Socioconstrucionismo: Discurso e Identidade Sociais. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org). *Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de Gênero, Sexualidade, Raça, Idade e Profissão na escola e na família*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003 p. 13-38.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Socioconstrucionismo: Discurso e Identidade Sociais*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003 p. 13 – 38; 135- 155; 209 – 249.

OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes. A alteridade e a construção de identidades pedagógicas: (re)visando teorias dialógicas. In: CORACINI, Maria José; GRIGOLETTO, Marisa; MAGALHÃES, Izabel (org.). *Práticas Identitárias: língua e discurso*. São Carlos: Claraluz, 2006 p. 27-44.

SIGNORINI, Inês. *Língua(gem) e Identidade*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A Produção Social da Identidade e da Diferença. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009 p. 73-102.

SOUSSURE, Ferdinand de. (2004). *Curso de Linguística Geral*. 26.ed. São Paulo: Cultrix.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009 p. 7-72.